



1.9 • Conjuntura Internacional

Os Estados Unidos da América depois das eleições intercalares de 2014

José Gomes André

NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2014, realizaram-se nos Estados Unidos da América (EUA) eleições intercalares, com a participação de cerca de oitenta milhões de votantes.

Estava em causa a escolha dos 435 membros da Câmara dos Representantes e de trinta e seis lugares no Senado, além de uma série de cargos estaduais. O Partido Republicano venceu em toda a linha, conquistando o Senado (tendo ficado com 54 dos 100 lugares), com uma claríssima vantagem na câmara baixa (247 congressistas contra 188 do Partido Democrata) e a maioria de governadores.

Estes resultados não foram propriamente surpreendentes. As intercalares são habitualmente “eleições de protesto”, que penalizam o partido afecto à Presidência, e estas não foram excepção. Acresce que a maioria das disputas mais renhidas decorreu em Estados conservadores e que muitos dos Democratas agora em risco beneficiaram do “efeito Obama” em 2008 para conseguirem uma então improvável vitória.

Porém, a amplitude da vitória republicana foi assinalável, implicando um reforço na Câmara dos Representantes (o mais elevado desde a 2ª Guerra Mundial) e triunfos em Estados tendencialmente democratas (governadores em Maryland, Massachusetts e Illinois, um senador no Colorado), que mostram não apenas uma renovada confiança do eleitorado no Partido Republicano, como a manifestação de claro repúdio pelos democratas, que dominam a Casa Branca desde 2008 e o Congresso desde 2006.

Importa, contudo, ser prudente na análise do que estes resultados possam significar para as eleições presidenciais de 2016. Basta recordar que George W. Bush triunfou em 2000, apesar da vitória democrata em 1998, e que o extraordinário resultado republicano em 2010 não impediu a reeleição de Obama em 2012. Tal (possível) discrepância deve-se não só à distinta natureza dessas eleições, mas também à diferença nos níveis de participação, muito inferiores nas intercalares.

Com efeito, as eleições de 2014 registaram uma votação na ordem dos 36,4% (por contraste com os 54,9% das presidenciais de 2012), o número mais baixo desde 1942, traduzindo a abstenção elevada acima de tudo um descontentamento generalizado com o sistema político e os corpos legislativos em particular (a taxa de aprovação do Congresso encontra-se em mínimos históricos, rondando os 15%).

Ainda assim, a vitória republicana não deixará de ter importantes consequências. O Congresso ocupa um lugar muito relevante no sistema político norte-americano, cabendo-lhe preponderância na agenda doméstica (sobretudo em questões orçamentais), na definição da política externa (em

que a anuência do Senado é determinante) e na composição da estrutura administrativa e judicial dos EUA. Apesar de existirem alguns consensos que permitem adivinhar linhas de continuidade (sobretudo na política externa), é de esperar que a nova maioria republicana pressione o presidente Obama a adoptar algumas das suas reivindicações (nomeadamente um endurecimento da posição norte-americana em casos delicados como o conflito russo-ucraniano ou a guerra na Síria). Também em assuntos de política interna, os republicanos terão oportunidade para condicionar a Administração em temas como a imigração, a política energética e ambiental, e até a implementação do sistema de saúde conhecido como *Obamacare*.

“

As intercalares são habitualmente “eleições de protesto”, que penalizam o partido afecto à Presidência.

”

Para Obama, este é mais um desafio de monta. Por um lado, corre o risco de ver enfraquecida a sua posição, estando obrigado a estabelecer entendimentos com os seus rivais políticos. Por outro, quererá certamente evitar ficar refém da maioria republicana, que poderá efectivamente bloquear a fase terminal do seu mandato, caso o presidente se recuse a encetar novos compromissos.

Quanto aos republicanos, têm uma oportunidade de ouro para avançar com a sua própria agenda, reforçando a sua imagem como partido credível e alternativa viável para a Casa Branca – a batalha realmente decisiva na política americana, marcada para Novembro de 2016.

O xadrez político

Os primeiros sinais após as eleições mostram uma maior tendência para que este quadro complexo se traduza num combate activo, e não resvale num muito receado impasse político. De um ponto de vista meramente sistémico, este último parecia à partida ser o mais provável, pois a arquitectura constitucional norte-americana exige que o processo legislativo beneficie, não só de uma ampla discussão processual, mas também de um consenso relativamente alargado. De facto, com a bipolarização crescente nos EUA, acrescida da radicalização ideológica de certos sectores do Partido Republicano (mormente os afectos ao Tea Party), a obtenção de compromis-

os tem sido escassa, resultando com frequência em bloqueios políticos de longa duração (o *government shutdown* de 2013 foi disso exemplo). Neste contexto, a existência de uma nova barreira formal no governo federal (um Congresso dominado nas duas câmaras por republicanos e a Presidência na posse de um democrata) tenderia a estimular os receios de que a política americana mergulhasse num impasse (quase) permanente. Todavia, há dados históricos e empíricos que permitem fazer uma leitura diferente.

Em primeiro lugar, urge salientar que a situação de um governo federal dividido em termos partidários (em que as duas câmaras do Congresso são dominadas por um partido diferente do presidente) é relativamente comum na história recente norte-americana, tendo sido vivida por presidentes tão distintos como Truman, Eisenhower, Nixon, George H. W. Bush, Clinton e George W. Bush. O exemplo mais próximo do actual (Congresso Republicano e presidente democrata) verificou-se entre 1994 e 2000, que correspondeu a um período de grande crescimento económico e produção de relevante legislação (em áreas sociais, fiscais, ambientais e tecnológicas), não obstante as célebres discórdias entre Clinton e os republicanos.

Por outro lado, as semanas subsequentes ao acto eleitoral de Novembro de 2014 revelaram um cenário dinâmico e assertivo, quer por parte da Presidência, quer do Congresso.

Contrariando as previsões de analistas que o descreviam como um presidente manietado e impotente (o que os norte-americanos chamam de *lame duck*), Barack Obama enviou sinais para a opinião pública de que deseja levar avante a sua agenda política, fazendo uso dos poderes presidenciais num sentido amplo (recorrendo mesmo a dispositivos de cariz legislativo e compulsório, como ordens executivas e despachos presidenciais). Sirvam de exemplo os anúncios do reatamento de relações diplomáticas com Cuba (no âmbito de um longo processo ainda em curso, que visa em última instância reverter o embargo americano a Cuba e normalizar as transações económicas entre os dois países) ou a emissão de uma ordem executiva que trava a deportação de imigrantes ilegais por um período de três anos (desde que tenham um filho nascido nos EUA ou com autorização de residência no país).

Os republicanos, por seu turno, não apenas reagiram criticamente a estes passos (questionando mesmo a sua constitucionalidade, no último caso, por considerarem que a imigração é uma matéria da competência do Congresso), como têm avançado com a apresentação de um conjunto alargado de propostas em questões muito diversas, como a política energética (insistindo na extensão

2016: O (LONGO) CAMINHO PARA A CASA BRANCA

Apesar da distância temporal, as eleições presidenciais já dominam grande parte da discussão política e mediática nos EUA, à medida que os principais candidatos de ambos os partidos iniciam contactos junto do eleitorado, formam comités exploratórios e procuram apoio de empresas, agentes políticos e outras figuras públicas.

Nas primárias democratas (que começam em Janeiro de 2016), Hillary Clinton é apontada como a favorita. Tem grande experiência política, enorme capacidade de financiamento e apoio do *establishment* partidário, além de uma evidente popularidade em todo o país. Na campanha de 2008 foi surpreendida pelo “fenómeno Obama”, mas dificilmente tal situação se repetirá, apesar de poder contar com a concorrência de figuras importantes do partido como Andrew Cuomo (governador de Nova Iorque), Joe Biden (vice-presidente dos EUA) ou Elizabeth Warren (senadora pelo Massachusetts).

Entre os republicanos, o cenário é muito mais imprevisível. Após oito anos de presidência democrata, o ciclo político é favorável à oposição, que conta com um leque notável de candidatos. Entre os nomes mais falados, contam-se Jeb Bush (antigo governador da Flórida), Chris Christie (governador de Nova Jérсия), Rand Paul (senador do Kentucky), Marco Rubio (senador da Flórida) e Mike Huckabee (antigo governador do Arkansas), entre outros. Existem diferenças ideológicas relevantes entre estes candidatos, contando-se conservadores tradicionais (Bush), republicanos moderados (Christie), libertários (Paul), *social conservatives* (Huckabee) e aficionados do Tea Party (Rubio).

Esta situação dá conta da grande diversidade que constitui o Partido Republicano na actualidade que, por um lado, configura importante vantagem eleitoral (pelo amplo espectro dos seus potenciais votantes) mas, por outro, representa um desafio acrescido para o candidato que saia vencedor das primárias: unir um partido fragmentado e representar de forma convincente este vasto conjunto de tendências ideológicas e políticas, que nos últimos anos tem gerado importantes divisões no Partido Republicano (com danosas consequências eleitorais e políticas).

do oleoduto Keystone e na abertura de novas áreas de exploração petrolífera, a política económica e fiscal (redução das restrições burocráticas ao funcionamento das empresas, simplificação do sistema fiscal federal) e questões de imigração (reforço da acção policial e das manobras de vigilância contra os imigrantes ilegais).

A existência de eventuais vetos presidenciais, bem como o facto de os republicanos não terem no Senado uma maioria “à prova” de *filibuster*, dificultará seriamente a aprovação de muitas destas propostas.

Todavia, não há dúvida de que o Partido Republicano pretende afastar-se da imagem de simples *força de bloqueio*, da qual tem sido acusado desde que Obama tomou posse, em 2008, surgindo em alternativa como pólo galvanizador das políticas públicas federais. Daqui resulta um cenário complexo (pois as diferenças ideológicas entre republicanos e democratas continuam a ser significativas), mas previsivelmente dinâmico, uma vez que os diversos agentes políticos parecem preferir uma estratégia de confronto aberto, a permanecerem expectantes, aguardando por um erro dos adversários políticos ou receando expor-se a polémicas que os desgastem.

Ponto de convergência

Na política externa, porém, e de forma algo contrária à agenda doméstica, parece haver terreno para “acordos de fundo” entre o Congresso e a Presidência, nomeadamente em matérias como o combate ao terrorismo e o posicionamento estratégico dos Estados Unidos (sobretudo em questões de defesa e cooperação internacional). Segundo um estudo de opinião do Pew Research Center, de Janeiro de 2015, a questão do terrorismo é considerada a principal preocupação dos cidadãos americanos, algo que não acontecia desde 2006, o que reflecte a crescente atenção mediática dada aos acontecimentos no Médio

Oriente (designadamente os que envolvem o chamado “Estado Islâmico”), que conjugados com os atentados em Paris geraram uma natural inquietação na comunidade norte-americana.

Para responder a esta preocupação, os Estados Unidos têm intensificado nos últimos meses as acções militares na Síria e no Iraque, efectuando mais de 2.000 ataques aéreos, enviado 4.000 tropas de reforço para o terreno e gasto cerca de 1,2 mil milhões de dólares, apenas nestas intervenções específicas, com o objectivo de enfraquecer, e futuramente, eliminar as campanhas do “Estado Islâmico”.

Embora com ligeiras divergências quanto ao método de intervenção (conservadores como John McCain e Lindsey Graham pedem uma acção mais vasta no terreno, com incremento substancial de efectivos militares; Obama defende uma abordagem mais moderada, assente em ataques cirúrgicos, mas com presença limitada no território), republicanos, democratas e o presidente têm colaborado juntos nesta matéria, traduzindo aliás um entendimento alargado quanto à necessidade de os Estados Unidos prosseguirem os seus esforços na luta antiterrorista.

Por outro lado, existe também um acordo global entre Congresso e a Casa Branca quanto à necessidade de os Estados Unidos reduzirem os seus gastos nas áreas da defesa e da política externa, focando a sua intervenção sobretudo no Médio Oriente e no eixo Ásia-Pacífico, e obrigando os seus parceiros a contribuir de forma mais significativa no quadro internacional (por exemplo, no financiamento da NATO). Tal pretensão figura nos principais documentos estratégicos emitidos pela Presidência, que deseja reduzir uns impressionantes 400 mil milhões de dólares em gastos no sector da defesa, até 2023.

O Congresso apoia genericamente estas orientações, sendo pois de esperar que a Administração continue a aplicar cortes na ajuda a países em

desenvolvimento, limitar os gastos com programas de *nation-building* em áreas intervencionadas pelos EUA, reduzir os efectivos militares em várias regiões (particularmente nas zonas sem conflitos bélicos), diminuir gastos em operações de vigilância, limitar o corpo diplomático e a presença em algumas bases europeias (veja-se o caso das Lajes), etc.

Ainda que compreensíveis à luz da crise económico-financeira que abala o mundo ocidental, estas orientações podem contudo ter implicações severas no posicionamento internacional dos EUA.

No complexo xadrez da política norte-americana, que envolve discórdias ideológicas e partidárias profundas, sobretudo ao nível doméstico, e nas vésperas de uma eleição presidencial que trará mudanças na Casa Branca (pois Obama não se poderá recandidatar), um dos maiores desafios que aguarda nos próximos anos o governo federal será, pois, sem dúvida, o de encontrar um equilíbrio estratégico (económico, social, militar, etc.) que permita aos Estados Unidos continuar a exercer o papel de “nação indispensável”, tal como tem sucedido nas últimas décadas. ■